



Servidor

O dia D para os servidores do Estado do Rio

► Apesar da pressão dos servidores, iniciada em 2016, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) vai colocar em votação, hoje, a elevação da contribuição previdenciária dos funcionários públicos, de 11% para 14%. Uma reunião de líderes está marcada para as 11h, com a presença das lideranças dos partidos que integram o parlamento. A votação está prevista para as 15h. E, ao que tudo indica, o texto deve ir à plenário.

RAPIDEZ
Alerj pautou a discussão do projeto apenas na última segunda-feira

Entre os deputados da base do governo, o discurso é de criar um novo mecanismo de resgate das finanças públicas. Já para a oposição, a taxa vai “vitar” quem não tem culpa perante a crise.

— O que o governo quer é massacrar o servidor público.

Quer tirar as poucas condições de subsistência dos trabalhadores do Estado — disse o deputado Eliomar Coelho (PSOL).

Sobre a votação, governistas apontam para uma vitória com boa folga. A ideia é que o texto seja aprovado com a mesma margem apresentada durante a discussão da alienação da Cedae: foram 41 votos a favor e 28 contrários. Já a oposição aposta na ausência de deputados governistas que estão licenciados, caso, por exemplo, do presidente da Casa, Jorge Picciani (PMDB).

O governador Luiz Fernando Pezão ligou para a maior parte dos deputados. Os contatos acontecem desde a semana passada. Em alguns contatos, porém, não teve sucesso.

— Não tem como votar à favor desse governo. Vou estar desrespeitando a população com essa decisão e todos os servidores — disse um parlamentar.



Servidores em protesto: “crise será paga pelo funcionalismo”, dizem

Tática do governo: taxa só com os salários em dia

► Ontem, já no início da noite, uma reunião entre membros da base do governo definiu a inclusão de uma nova emenda ao projeto dos 14%. A taxa só terá validade quando os salários dos servidores estiverem em dia. Isso é, o Estado terá que pagar todos os 460 mil servidores até o 10º dia útil do mês seguinte ao trabalho (o que não está sendo feito), além de quitar o 13º salário de 2016. A emenda é dos deputados Luiz Martins e Cidinha Campos, ambos do PDT.

A tática, segundo a oposição, serve para amenizar a pressão sobre o tema. No texto original do projeto, a aplicação da nova taxa só será feita após 90 dias (conhecido como noventena). Segundo membros do próprio governo, o prazo para que o Termo de Recuperação Fiscal do Estado, junto à União, seja validado é inferior aos 90 dias previstos no texto original. Ou seja, o Rio vai ter tempo suficiente para colocar os salários em dia até a aplicação dos 14% pretendidos.

Servidores projetam grande ato. Alerj terá 500 agentes

► Diretores do Movimento Unificado dos Servidores (Muspe) estão confiantes quanto à adesão dos funcionários para o protesto marcado para hoje, às 11h, em frente à Alerj. A estimativa é de 5 mil funcionários para o protesto. Por parte da Alerj, o esquema de Segurança prevê a presença de 500 homens, entre agentes da Força Nacional e policiais militares. Todo o entorno do Palácio Tiradentes será fechado, com a utilização de grades.

Se lei for aprovada, vai afetar ativos e parcela de inativos

► Por ser um assunto delicado, é importante ressaltar a quem a nova alíquota vai afetar. Hoje, o desconto previdenciário está previsto para todos os servidores ativos do Estado do Rio. Neste caso, com uma aprovação na nova taxa, será descontado 14% do salário. No caso dos servidores aposentados e de pensionistas, o desconto recai apenas aos que recebem proventos R\$ 5.531,31. Será descontado os 14% sobre a diferença do que estiver acima do teto.